



Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG

“TERRA DO PADRE VICTOR”

LEI Nº. 2.890, DE 25 DE MARÇO DE 2008.

Dispõe sobre concessão de uso de bens públicos do Município de Três Pontas ao Condomínio Balneário Serra Verde, e dá outras providências.

O Povo do Município de Três Pontas-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica considerado como Loteamento Fechado, o loteamento denominado “*Condomínio Balneário Serra Verde*”, localizado às margens do Lago de Furnas, no lugar denominado Volta Redonda ou Serra Verde, transformado em área urbana através da Lei Municipal nº. 1.737, de 29 de janeiro de 1996, objeto das matrículas nº. 18.046, 20.383 e 21.824, livro 02, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º A Prefeitura Municipal, por meio de instrumento competente, registrado em livro próprio, concede ao LOTEADOR, devidamente autorizado por Assembléia Geral, o uso das ruas, espaços livres e áreas comunitárias do Condomínio, assumindo o mesmo a responsabilidade de desempenhar todos os serviços que, em princípio, são municipais, tais como coleta e remoção de lixo domiciliar, conservação de calçamento, asfalto, limpeza de vias públicas e prevenção de sinistros, pavimentação ou serviços preparatórios definidos em leis municipais, instalação de redes d’água e de iluminação pública, manutenção e conservação das mesmas, dentre outros serviços públicos comuns ofertados à coletividade e de natureza essencial.

Art. 3º Os proprietários dos lotes ficarão sujeitos às taxas estabelecidas pelo condomínio, para fazer face às despesas enumeradas no artigo anterior, independentemente do pagamento do Imposto Territorial Urbano - IPTU devido por cada unidade ou lote, bem como outros tributos que incidam sobre os imóveis.

Art. 4º O não-cumprimento da execução das obras de infra-estrutura e de limpeza e conservação das já existentes, bem como de quaisquer outros serviços assumidos pelo Condomínio, importará na cobrança por parte do Município de multa correspondente a 0,5% (meio por cento) do valor venal da área útil, além das demais cominações penais previstas na Lei Federal nº. 6.766/79.

Art. 5º A concessão do uso referida nesta lei prevalecerá até que a expansão urbana ou o crescimento da cidade atinjam o loteamento beneficiado por esta concessão, de modo que não interrompam as vias de comunicações antes e depois do loteamento, com o desenvolvimento urbano, prevalecendo, assim, tal condição.

Art. 6º O condomínio poderá cercar o loteamento, vedada a entrada de pessoas estranhas, salvo o caso de servidores municipais no desempenho de função pública, devidamente identificados.

Art. 7º No caso de dissolução do condomínio fechado, com a abertura ao uso público das áreas referidas no artigo 2º supra, as mesmas passarão a ser de uso comum, bem como

PRAÇA JOHN KENNEDY, 82 – CENTRO – CEP: 37190-000 – TRÊS PONTAS-MG



Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG

“TERRA DO PADRE VICTOR”

toda a infra-estrutura urbana instalada, independentemente de quaisquer indenizações, seja a que título for.

Art. 8º Outras providencia legais, a critério do Poder Público Municipal, poderão ser estabelecidas para o cumprimento desta Lei.

Art. 9º O Condomínio providenciará, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do instrumento mencionado no artigo 2º, o arquivamento de uma cópia do processo de loteamento existente no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca, para fins de validade jurídica e publicidade junto ao Município.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Pontas, 25 de março de 2008.

Paulo Luís Rabello
Prefeito Municipal

Leiner Marchetti Pereira
Procurador-Geral

Marcelo Chaves Garcia
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Antônio de Lima Castro
Secretário Municipal de Fazenda

José Romão de Oliveira Filho
Secretário Municipal de Transportes e Obras